

Professores decidem se param ensino outra vez

Os professores da Fundação Educacional decidem hoje, em assembleia às 9h no Estádio Mené Garrincha, se retornam ou não à paralisação das atividades escolares, normalizadas no dia 17 de março, com o fim da greve da categoria. Eles não abrem mão dos 54,5 por cento retroativos a janeiro e fevereiro, cujo pagamento foi determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Outra questão a ser levada à assembleia será o pagamento dos dias parados, que poderá conduzir a categoria a uma radicalização, segundo avalia o diretor do sindicato, Marcos Rogério.

Toda a diretoria do Sindicato dos Professores alimentava ontem a expectativa de que os representantes da entidade fossem convocados para novo encontro na Secretaria de Educação. A decisão do TRT ainda não foi contestada pelo GDF, porque o acordão com a determinação judicial ainda não havia sido publicado na parte do **Diário Oficial** reservada ao Poder Judiciário. Na última reunião com os sindicalistas, a diretora-executiva da Fundação Educacional, Malva Queiróz, revelou que, em princípio, o governo acataria a decisão judicial a respeito do percentual reivindicado pelos professores.

O secretário de Comunicação Social, Renato Riella, que acompanha de perto o impasse criado entre governo e categoria, disse, entretanto, que a sentença é recorrível em instância superior. A disposição dos professores em retomar a greve que paralisou por 30 dias o ensino público do DF deve-se, em primeira mão, à possibilidade do

não recebimento, nos contracheques de março, do percentual determinado pelo Tribunal. Isto porque o GDF alega a necessidade de solicitar ao Governo Federal reforço na dotação orçamentária, pedido que será posteriormente apreciado pelo Senado Federal.

O segundo ponto polêmico nas negociações entre governo e professores tem sido a reacomodação do calendário escolar, previsto inicialmente para ser ministrado em 190 dias, mas alterado em função do movimento grevista. Embora a diretora-executiva da Fundação concorde com a não reposição de aulas aos sábados, existem divergências quanto à forma de distribuição dos dias letivos. A proposta de calendário enviada à FEDF pelo Sindicato dos Professores prevê 15 dias de recesso em julho e a recuperação final do ano em fevereiro, respeitando-se as férias de janeiro. Outra sugestão é de que a Fundação encaminhe sua proposta de calendário a todas as escolas, a fim de que o mesmo seja discutido e alterado, de acordo com sugestões da comunidade.

Os professores públicos do DF poderão receber em março apenas o equivalente ao reajuste de 72,78 por cento da inflação de fevereiro. Pelos cálculos do GDF, caso fosse quitado imediatamente o débito com os professores, a folha de pagamento do mês de março, somados os 54,5 por cento, sofreria uma acréscimo de Cr\$ 900 milhões. Somado aos percentuais retroativos a janeiro e fevereiro, esse montante passaria a Cr\$ 1,9 bilhão.